

# País pagará 63 bilhões em 20 anos



Mailson: 'Vamos vencendo as negociações ponto a ponto'

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, anunciou ontem que os bancos credores do Brasil aceitaram reescalonar o total da dívida brasileira com os bancos privados por um prazo de 20 anos, com carência de oito anos e spread de 0,8125%. Esse acordo levará o reescalonamento da dívida brasileira até o século XXI; o limite final do acordo é o ano 2008.

Mailson afirmou que esse é um ponto importante no processo de negociação do acordo de médio prazo, que ele espera ver fechado até o fim do mês. "Vamos vencendo as negociações ponto a ponto, o que nos renova a esperança de conseguir o acordo final", disse o ministro. Pelo entendimento anunciado ontem, os credores vão reescalonar 95% da dívida brasileira com os bancos privados, estimada em US\$

67,6 bilhões, o que dá US\$ 63,2 bilhões.

Esse montante inclui contratos que vencem de 86 a 93, e deixa de fora apenas os vencimentos a partir de 94, que respondem por 5% do total. O Brasil começará a amortizar os US\$ 63,2 bilhões a partir de 96, pagando 2% da dívida. Esse percentual vai subindo gradativamente até alcançar 10% do total em 2008. Até 97, o Brasil paga apenas os juros, além de algumas parcelas do principal a título de "sinal" da disposição de continuar a cumprir o acordo. O ministro da Fazenda não soube dizer quantas seriam nem qual o valor dessas parcelas, mas garantiu que elas não representam uma fração significativa do total.

## ACORDO FINAL

Todas essas condições dependem do fechamento do acordo final de médio prazo, que inclui, além do

reescalonamento do principal, também o refinanciamento dos juros vencidos desde o início da moratória, em fevereiro de 87, até o primeiro semestre de 89.

As condições preliminares para o acerto dos juros foram definidas na semana passada: um montante de US\$ 5,8 bilhões, incluindo os 3 bilhões acertados no ano passado pelo ex-ministro Bresser Pereira, somados a US\$ 600 bilhões para a recomposição das linhas de crédito comercial de curto prazo. O spread acertado é também de 0,8125%, que representa uma redução substancial sobre o spread médio de 1,6% que o Brasil paga hoje.

Mailson disse ontem que o reescalonamento do principal é importante porque vai aliviar significativamente a carga da dívida sobre o setor público. "A União, governadores, prefeitos e dirigentes de empre-

sas estatais só precisarão se preocupar com o pagamento de juros nos próximos oito anos. Este acordo permitirá uma grande reestruturação da dívida do setor público", afirmou, o ministro.

O ministro acredita que o acordo de final de médio prazo com os bancos privados e a regularização das relações do País com instituições como o Banco Mundial e o FMI tornará desnecessárias novas negociações para refinanciamento de juros.

Entre os pontos que falta definir para o fechamento do acordo de médio prazo estão a maneira como se fará a aplicação do novo spread sobre o estoque da dívida — se de uma vez ou parceladamente, e se apenas sobre a dívida do setor público, ou também sobre contratos particulares. (Brasília Agência Estado)